

EXPERIÊNCIAS COTIDIANAS SOBRE A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL: REFLEXÕES NECESSÁRIAS

Ribeirão Preto – SP – ABRIL/2012

Neide Aparecida de Souza Lehfeld – Universidade de Ribeirão Preto – nlehfeld@unaerp.br

Edilson Carlos Caritá – Universidade de Ribeirão Preto – ecarita@unaerp.br

Manoel Henrique Cintra Gabarra – Universidade de Ribeirão Preto – hgabarra@gmail.com

Silvia Sidnéia da Silva – Universidade de Ribeirão Preto – sssilva@unaerp.br

Categoria: Pesquisa e Avaliação

Setor Educacional: Educação Universitária

**Classificação das Áreas de Pesquisa em EaD:
Formas de Assegurar a Qualidade**

Natureza: Relatório de Pesquisa

Classe: Investigação Científica

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é refletir criticamente sobre aspectos importantes a serem ainda alcançados pelos cursos na modalidade a distância, relativos a efetivação do processo ensino-aprendizagem, considerando nossa experiência em processos de avaliação da educação superior e também nossa área de prática profissional docente. Foram relatadas as principais dificuldades que se apresentam no cotidiano dos pesquisadores, relativas a modalidade EAD, considerando a motivação e prática do docente, a implementação de iniciação científica e estágios curriculares, bem como a elaboração de projetos pedagógicos dos cursos nessa modalidade que privilegiem a interdisciplinaridade. A partir das reflexões foram sugeridas implementações de ações para saná-las visando melhorar o processo ensino-aprendizagem nessa modalidade para que alcance maior seriedade e qualidade.

Palavras chave: Educação a Distância. Avaliação. Regulação. Educação Superior.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Moore [1], a expressão educação a distância pode ser definida como o universo das relações ensino-aprendizado caracterizado pela separação entre alunos e professores. Esse cenário vem sendo impulsionado pela mudança de contextos cultural e social, traduzindo-se em uma possibilidade cada vez mais desejada pela flexibilidade de espaço e tempo.

Ela se aplica no enfoque educacional na formação de sujeitos, os alunos, e de construção colaborativa do processo entre os demais envolvidos. É a concepção do processo educacional bidirecional, mediatizado por canais humanos e tecnológicos que viabilizam a interação entre educadores e educandos, onde os sujeitos envolvidos no processo têm sua comunicação mediada por recursos didáticos sistematicamente organizados, combinados e veiculados em diversas mídias que possam suprir a distância física e auxiliar na construção do processo de aprendizagem.

Belloni [2] explica que “a aprendizagem autônoma pode ser definida como um processo de ensino e aprendizagem que está centrado naquele que aprende, que aproveita as experiências do aluno e no qual o professor deve assumir como recurso do aprendente, considerando ser autônomo, gestor do seu processo de aprendizagem, capaz de autodirigir e autorregular esse processo”. Portanto, para a autora, esse modelo seria mais apropriado aos adultos que possuam a maturidade e a motivação necessária para tal.

De acordo com a ABED [3], no biênio 2009/2010, observa-se um crescimento nas matrículas de 2010 na modalidade EAD no Brasil. A maioria das Instituições de Ensino Superior (IES) apresenta como vantagens da EAD a redução de custos, a agilidade de execução, baixa interferência na produção e possibilidade de atendimento padronizado. Porém, por outro lado, apresenta como desvantagens o custo inicial elevado, a impessoalidade na relação com os alunos, maior complexidade na implantação quando comparada a dos cursos presenciais e a baixa aceitação dos profissionais da própria instituição.

A Educação a Distância é uma modalidade de educação que vem assumindo, cada vez mais, posição de destaque no cenário educacional da sociedade

contemporânea, contudo, observa-se que os recursos humanos e tecnológicos, capazes de facilitar a aprendizagem necessitam acompanhar esta transformação.

O objetivo do presente trabalho é refletir criticamente sobre aspectos importantes a serem ainda alcançados pelos cursos na modalidade a distância, relativos a efetivação do processo ensino-aprendizagem, considerando nossa experiência em processos de avaliação da educação superior e também nossa área de prática profissional docente.

2. ESTADO DA ARTE

Assistimos cada vez mais o desenvolvimento dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) e da realidade virtual. Atualmente, temos sistemas de informação e programas computacionais que nos permitem explorar diversos cenários e levantamentos de informações que nos conduzem a denominar como uma nova forma de conhecimento. Esse conhecer deixa de ser estático, localizado, territorializável tornando-se virtual e interativo.

Segundo Hesse [4], o conhecimento não é o que está contido no espaço, mas o que passa por ele, como uma série de vetores, todos com direção e duração, mas sem localização ou limite preciso.

Especificamente em educação, podemos dizer que os Ambientes Virtuais de Aprendizagem estendem os horizontes e as possibilidades do aprendizado saindo das paredes da sala de aula.

Apesar do grande avanço nesta modalidade de ensino, seja pelos *softwares* de suporte para a preparação de cursos *online*, programas de educação a distância e campi virtuais com diversas instituições de educação superior brasileiras oferecendo ferramentas próprias para EAD (Universidade Federal de Santa Catarina; Universidade Anhembi Morumbi; Universidade Federal de São Paulo; Universidade Federal de Pernambuco e outras), ainda temos pontos a serem superados para que se consiga nível de formação de qualidade.

Muitos aspectos positivos podem ser enumerados no uso dessa modalidade de ensino, já sistematicamente relacionados, como o acesso aos cursos de graduação, o ensino a distância como uma realidade crescente e necessária, que desafia diversos

padrões de educação tradicional, o uso da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) como suporte e complemento das aulas presenciais, entre outros. Mas, na vivência cotidiana com a gestão, funcionamento e avaliação dos processos de ensino aprendizagem, podemos também relacionar aspectos importantes que devem ser trabalhados por estudiosos, pedagogos e docentes adeptos a essa modalidade.

O fenômeno mais evidente encontrado no meio acadêmico, tanto docente como discente, é da resistência a esse modelo de ensino-aprendizagem.

Historicamente, durante muito tempo a EAD no Brasil foi rotulada como uma educação de menor qualidade, destinada aos que, por questões socioeconômicas, não tinham acesso ao ensino formal. Todavia, atualmente, essa situação encontra-se bem diferente: há uma legislação que apoia a formação a distância e certificação do aluno dos cursos de EAD com o mesmo valor dos cursos presenciais. Assim, concordamos com Lapa e Pretto [5], quando referenciam que o professor ao aceitar trabalhar na modalidade a distância enfrenta uma série de novos desafios, experiencia-se olhar o novo, em uma educação mediada e dependente do uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), mas tem como referência e prática a realidade do ensino presencial, em que está relativamente à vontade, pois ali tem seus parâmetros e história. Essa resistência inicial, muitas vezes, existe em razão da quebra de paradigma que deverá existir, e que nem sempre a pessoa está disposta a vivenciar.

Uma das dificuldades é o professor ministrante oferecer uma disciplina em continuidade, pois o professor conteudista que elaborou o material fez escolhas teóricas à partir de suas ideologias e de sua leitura de mundo, iniciando um diálogo nem sempre compartilhado por esse professor ministrante, cabendo a este último a execução de uma proposta pedagógica imposta [5].

Muitos professores apresentam resistência em relação aos cursos a distância questionando ainda a qualidade do ensino, a falta de reconhecimento pela sociedade, o mínimo contato físico entre professor-aluno e aluno-aluno e também a ausência da convivência de um ambiente presencial [6]. Moran [7] defende que os educadores de referência atraem pelo contato pessoal e não só pelas suas ideias.

Vivencia-se, com frequência, o receio do professor com relação ao uso do computador, pois não domina esse tipo de atividade e, dessa forma, não se sente

capaz de realizá-la. Associa-se também a essa dificuldade, a utilização da Internet como ferramenta educacional, pois ele ainda não acredita que o aluno possua autonomia para gerenciar todo o conteúdo e conhecimento disponível através da Internet [8]. Contudo, além da questão tecnológica, o professor preocupa-se também com a amplitude da mudança no contexto didático-pedagógico, uma vez que na educação a distância o fazer docente é bastante diferente daquele praticado na modalidade presencial.

Outros motivos que levam a essa resistência dos docentes são o receio de substituição do professor pela máquina, a precarização do trabalho docente, a falta de domínio das tecnologias e a adaptação da pedagogia às tecnologias disponíveis [9].

Ainda torna-se fundamental a regulamentação legal trabalhista do professor, mais adequada nesse tipo de processo, para que instituições educacionais não estabeleçam regras que possam sucatear o valor do seu trabalho, desestimulando-o a atuar na EAD por ter hora/aula considerada diferente e de menor valor do que as horas/aulas presenciais. Corroboram com essa afirmação Lapa e Pretto [5] quando apresentam que a participação das universidades tem sido condicionada a adesão de uma política nacional, que aponta para a discussão de projetos pedagógicos dos cursos a partir de regras impostas por planilhas orçamentárias, assim as diretrizes financeiras determinam o papel docente na EAD. Em sua maioria, nas instituições públicas federais há diferentes papéis docentes, como professor e tutor, definidos em resoluções que enquadram esses profissionais como bolsistas, situação que não lhes oferecem vínculo empregatício. Os autores ressaltam ainda, que na prática, esse cenário se agrava ocorrendo baixa remuneração, que favorece a exclusão de profissionais qualificados.

É comum as instituições privadas seguirem as políticas praticadas nas instituições públicas, principalmente com prerrogativas de cunho financeiro, quando para reduzir seus custos, oferecem disciplinas *online* e aulas semipresenciais que têm repercussão direta nas condições de trabalho dos professores, submetidos a políticas de redução salarial, carga horária zerada e demissões em massa, praticadas nas instituições que operam com esta modalidade de ensino, como citado por Corrêa [10], exemplificando, em face da educação a distância ainda não estar regulamentada, as

instituições acabam se pautando pela redução do valor da hora-aula do professor tutor [10-12].

Também assinalamos que é comum os professores que atuam nessa modalidade sofrerem sobrecarga de trabalho, uma vez que despendem mais horas de trabalho para atender individualmente os alunos e efetivar o processo ensino-aprendizagem. Citamos que há professores que assumem número elevado de turmas, porém possuem remuneração não proporcional ao trabalho realizado.

Em síntese, grande parte dos aspectos que desestimulam o trabalho na EAD foca-se na sobrecarga de trabalho considerando o excesso de atividades, a quantidade de tempo pago para realizá-las, elevado número de alunos ou tamanho das turmas e baixo valor hora/aula [11].

Lembramos também a questão referente à saúde dos professores, advinda dessa sobrecarga, que ainda não é considerada pelas instituições educacionais, pois tratam-se de comprometimentos de postura, visuais e distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho; e não são consideradas doenças ocupacionais no âmbito da educação presencial.

Vale ressaltar que o professor deverá se preparar para essa nova forma de educar, capacitando-se em relação às inovações pedagógicas e tecnológicas, pois de acordo com Vigneron [13], é comum esses educadores não receberem nenhuma formação para integrar as novas tecnologias da informação e comunicação ao seu trabalho didático-pedagógico.

Outro aspecto considerado como frágil na EAD seria o desenvolvimento de programas de estágio curricular obrigatório, presentes na maioria dos cursos de graduação, segundo nossas diretrizes curriculares nacionais. Sabemos que monitorar é, de fato, verificar “*in loco*” a presença do aluno no estágio e avaliar o desenvolvimento do processo de relação teoria *versus* prática. Nesse sentido, recomenda-se que todo sistema técnico-administrativo e burocrático deve ser eficientemente montado pelas instituições de ensino e se ter parceiros e tutores que possam buscar as informações imperiosas para esse processo avaliativo.

O docente responsável pelo estágio curricular deve ter o cuidado de ler com atenção os relatórios de estágio entregues, de preferência, semestralmente, bem como

estabelecer relacionamento com representantes institucionais para constatar a veracidade de realização dessas atividades, com avaliações periódicas do aluno estagiário.

Ainda existe pedagogicamente a preocupação com a instituição de processos que facilitem a oportunidade do aluno que cursa EAD para realizar uma boa experiência de iniciação científica, aprendendo a pesquisar e testar concretamente esse aprendizado na elaboração e desenvolvimento de projetos de pesquisa. A pesquisa amplia os horizontes ao profissional e deve ser estimulada nos cursos de graduação. Há estudos que comprovam que a iniciação científica desenvolve o espírito crítico, inovador e científico do graduando e essas práticas, no cotidiano educacional, constituem-se em um horizonte para o surgimento, crescimento e consolidação de um projeto democrático e cidadão.

Os projetos pedagógicos dos cursos de graduação em nosso País enfatizam a formação de profissionais generalistas ao invés de especialistas, com vistas a enfrentar os desafios dos novos tempos e do mercado. Hesse [4] aborda o princípio da interdisciplinaridade como princípio fundamental para a educação no futuro. Afirma que não deveremos ter fronteiras epistemológicas fixas entre as disciplinas e, sim, modos de integração e momentos de reflexão conjunta.

Follett [14], ainda no século XX, já defendia uma educação multidisciplinar, se contrapondo a formação especializada, onde não ocorreria a departamentalização da forma de pensar.

Esse é outro desafio para os projetos pedagógicos dos cursos de graduação, sejam presenciais, na modalidade EAD ou ainda semipresenciais. Os planos de ensino das disciplinas devem ser integrados utilizando-se didaticamente procedimentos que facilitem e organizem conteúdos de forma interdisciplinar [15-16].

Finalmente, um projeto de curso e ou escola virtual deve ser construído por diversos atores que interagem entre si, desde o professor, o autor, o editor, o tecnólogo da educação, o artista gráfico, o formador, conceitor e realizador de cursos e materiais, o pesquisador, os recursos, o monitor [2], entre outros sujeitos. Todos que contribuem, num trabalho coletivo, de equipe para que um curso de graduação e outros possam ser implementados virtualmente e alcancem seus objetivos educacionais.

Todas essas mudanças não significam ou “decretam o luto da função de professor e tampouco a perda de seu emprego, mas, ao contrário, apresentam novos desafios e novas funções a serem desempenhadas por ele” [17].

Outra questão ainda polêmica apresenta-se na relação dos direitos autorais, pois mesmo tendo os contratos, na maioria das vezes, há uma linha tênue entre o uso justo e os direitos de propriedade. Constatamos que aqui se chocam dois princípios básicos da modernidade: de um lado, o direito das pessoas de deter propriedade e, de outro lado, o direito da sociedade de acesso ao fluxo de informação, o direito do usuário e o interesse público coletivo [17].

Ainda segundo Mattar [17] é possível citar ainda os direitos autorais do material dos cursos, organizados pelos professores. Tradicionalmente, os professores eram os “donos” do material didático que organizavam para seus cursos, tanto que podiam “transportá-lo” quando mudavam de uma instituição de ensino para outra e, inclusive, muitas vezes chegavam a publicar esse material, recebendo *royalties* como seus autores.

É fundamental que tenhamos a consciência de que se trata de um fenômeno e uma realidade sem retorno. Cada dia, mundialmente, as universidades historicamente reconhecidas e legitimadas como centros de excelência, adotam esse tipo de modalidade de ensino com a abertura e apoio do significativo progresso tecnológico de *softwares* livres ou proprietários.

Desta forma, precisamos ter a clara compreensão das dificuldades a superar, bem como aprimorar as metodologias já existentes e identificar processos e instrumentos tecnológicos passíveis de utilização, além de capacitar os docentes, tutores e outros sujeitos responsáveis pelos cursos propostos e em funcionamento, nas instituições de ensino no País.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito já foi construído para o reconhecimento da modalidade a distância como um processo ensino-aprendizagem sério e de qualidade, porém como apresentado, ainda há pontos que merecem discussão, revisão e implementação de ações, principalmente no que diz respeito ao fator motivacional docente, porque esse

profissional precisa ser mais valorizado, nos aspectos social e financeiro, pois é fator crítico de sucesso. Não menos importantes, são as práticas pedagógicas para os estágios supervisionados e a iniciação científica para os alunos dos cursos EAD e semipresenciais, visto que complementam a formação do profissional e do cidadão, respaldando suas ações que devem ter caráter interdisciplinar e multiprofissional no enfrentamento das questões contemporâneas.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] MOORE, M.; KEARSLEY, G. Educação a Distância: uma visão integrada. São Paulo: Thomson Learning, 2007.
- [2] BELLONI, M. L. Educação a Distância. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.
- [3] ABED. Censo ead.br: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2010. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012, p. 192.
- [4] HESSE, K. Escritos de Derecho Constitucional (selección). Madrid: Centro de estudios constitucionales, 1996.
- [5] LAPA, A.; PRETTO, N. L. Educação a Distância e a precarização do trabalho docente. Em Aberto, Brasília, v. 23, n, 84, p. 79-97, Nov/2010.
- [6] FIORE, M. F. A. Educação à distância e afetividade: uma parceria possível?. Revista Método do Saber, v. 2, p. 1-12, 2010.
- [7] MORAN, J. M. A integração das tecnologias na educação. 2011. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/prof/moran/integracao.htm>>. Acesso em: 17/07/2012.
- [8] FIGUEIREDO, M. N. C. Resistências às Novas Tecnologias na Educação. Visão Educacional, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.visaoeducacional.com.br/visao_educacional/artigo6.htm>. Acesso em: 17/07/2012.
- [9] ROPOLI, E. A.; AMORIM, J. A. Resistência à educação a distância nas instituições de ensino superior: gerenciamento dos impactos das mudanças. Anais do 14^o Congresso Internacional ABED de Educação a Distância, 2008, Santos - SP.
- [10] CORRÊA, M. Interesses mercantilistas contaminam a EAD na rede privada. 27/05/2010. Rio de Janeiro: Folha Dirigida. Entrevista concedida a Michelle Teixeira.

[11] MILL, D. R.; SANTIAGO, C. F.; VIANA, I. S. Trabalho docente na educação a distância: condições de trabalho e implicações trabalhistas. Revista extra-classe, v. 1, n. 1, p. 56-73, Fevereiro/2008.

[12] SARDELICH, M. E. Os papéis da equipe docente no processo de acompanhamento da aprendizagem em cursos a distância. Revista Científica de Educação a Distância, v. 2, n. 4, julho/2011.

[13] VIGNERON, J. Formação do docente em EAD. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, 2003.

[14] FOLLETT, M. P. The psychology of control. In: _____. Dynamic administration: the collected papers of Mary Parker Follett. Edited by E. M. Fox and L. F. Urwick. New York: Pitman Publishing, 1973.

[15] BRASIL. Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998. Regulamenta o artigo 80 da LDB (Lei n.º 9.394/96). Trata da Educação a Distância.

[16] _____. Lei n.º 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

[17] MATTAR, J. Metodologia científica na era da informática. 3. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2008.